

A cidade que *deu em outra*: literatura e estado de exceção no conto “Abraçado ao meu rancor”, de João Antônio

Débora Silvestre (mestranda, Ciência da Literatura, UFRJ)

Resumo: O conto “Abraçado ao meu rancor”, de João Antônio, narrado em primeira pessoa, é sobre um jornalista que, ao voltar à sua cidade natal, a saber, São Paulo, percebe que a cidade “deu em outra”, porque ela não era mais o espaço que permitia a boemia dos tempos de juventude do narrador. A cidade era agora um projeto de modernização já derrotado, mas que ainda vendia uma imagem da cidade que era ilusória e que escondia as mazelas dos pobres nas periferias que, por sua vez, negavam aquela modernização ao mostrarem que tudo o que a cidade do panfleto vendia era falso e enganoso. Compreende-se, então, que o conto aborda o estado de exceção atuando dentro do estado de direito da sociedade brasileira, o qual além de segregar, ainda garante que nem todos terão os mesmos direitos e garantias. Assim, este trabalho visa a analisar como “Abraçado ao meu rancor” aborda esse tema e concilia muito bem a concepção estética e a concepção social na obra.

Palavras-chave: Estado de exceção, estado de direito, boemia, conto, literatura brasileira contemporânea.

Abstract: João Antônio’s short story “Abraçado ao meu rancor”, narrated in the first person, is about a journalist who, upon returning to his hometown, i.e. São Paulo, realizes that the city “had become a different one” because it wasn’t the space that allowed the bohemian lifestyle of the narrator’s youth. The city was a defeated modernization project then, but it still was selling an illusory image that hid the wounds of the poor in the inner city, which in turn denied the modernization by showing that São Paulo’s publicity was false and misleading. It is understood that the short story deals with the state of exception acting within the rule of law in Brazilian society, which in addition to segregating also ensures that not everyone will have the same rights and guarantees. This work aims to analyze how “Abraçado ao meu rancor” approaches this subject and properly combines the aesthetic conception with the social conception in the work.

Keywords: State of Exception, Rule of Law, Bohemian Lifestyle, Short Story, Contemporary Brazilian Literature.

1. Introdução

João Antônio, no conto “Abraçado ao meu rancor”, constrói a narrativa de um jornalista que, após regressar à sua cidade natal, São Paulo, a fim de participar de um evento comercial, recebe um folheto publicitário de turismo sobre a cidade, e ao deparar-se com o que era vendido (a própria cidade), sai em busca da São Paulo presente em suas lembranças. Não a encontrando, surge-lhe um profundo rancor por tudo em que a cidade transformou-se e por tudo que desapareceu.

Contudo, nem a cidade é a mesma das recordações do narrador nem ele é o mesmo, o que ele percebe em suas andanças pela cidade, o que produz nele estranhamento e confronto não apenas entre aquilo de que se lembrava e o que via, mas

também entre aquilo que era vendido no folheto e o que ele observava. Dessas observações, emerge o rancor do narrador, trazendo uma profunda crítica à cidade metonímica do país que deu em outro, como também uma autocrítica porque, ao sair de São Paulo, e ainda que diferente dos demais jornalistas, porque sua consciência era culposa, ele também entrou na dinâmica do poder e das conveniências da vida da classe média e do jornalismo cínico e falsamente combativo.

É, então, interessante observar o que aqui é chamado de dois confrontos envolvendo o narrador e a cidade: o primeiro, que confronta a cidade do folheto publicitário e turístico, ou seja, a cidade vendida, com a da tragédia social, ou a cidade ignorada, e o segundo, que envolve as memórias do narrador e a realidade observada. É importante esclarecer que um confronto não está desassociado do outro, pois, ao observar que a cidade vendida no folheto como a melhor mercadoria da América Latina não existe – embora exclua os nordestinos, os emigrados, os trabalhadores sujos e feios, entre outros, os quais são explorados, humilhados e ofendidos cotidianamente –, é ela que, em nome da padronização, do embelezamento, da higienização e da modernização, **desaparece**¹ os sambistas da lata de graxa, as casas de *taxi dancing*, os restaurantes e botequins velhos onde se reuniam malandros, jogadores, intelectuais, artistas, prostitutas e músicos, enquanto engraxates e guardadores de carros foram padronizados, tendo todos a mesma feição e o mesmo comportamento.

Abraçado ao seu rancor, desconstruído na cidade e no tempo presentes, o narrador do conto revela, assim, o confronto entre três cidades, a saber, a das suas memórias, a vendida e a real, e como esta deu em outra: a de um Brasil modernizado, porém, atrasado e desiludido e que atua em um estado de exceção dentro do estado de direito.

2. A cidade do folheto publicitário e a real

O narrador de “Abraçado ao meu rancor” é filho de trabalhadores pobres da periferia de São Paulo, onde cresceu. Contudo, quando jovem, ele conheceu a vida boêmia e à margem da cidade, na qual pôde conhecer e conviver com jogadores, intelectuais, prostitutas, sambistas, artistas, entre outros, e esta é a vida e a São Paulo que habitam as lembranças que ele tem de sua cidade natal. Depois, no entanto, ele

¹ Bernardo Kucinski em seu romance *K: relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014 altera a transitividade do verbo *desaparecer*, a qual foi utilizada aqui por ser considerada como apropriada para a leitura desejada.

mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se consagrou como renomado jornalista e integrante da classe média.

Convidado para voltar a São Paulo a fim de participar de um evento comercial, saturado das conveniências, das aparências, das posturas e das atitudes dos demais participantes, e após receber um folheto colorido de publicidade de turismo sobre a cidade, o narrador decide fazer um passeio em busca da São Paulo de sua juventude. Porém, ao deparar-se com a cidade contemporânea e modernizada, logo surge a tônica que tanto orientará o conto como guiará as andanças do narrador pela cidade: “Por onde andará Germano Matias?” e ele continua: “Magro, irrequieto, sarará, sua ginga da Praça da Sé, jogo de cintura, da crioulada da Rua Direita? E o que foi que fez, maluco, azoado, de seu samba levado na lata de graxa?” (ANTÔNIO, 1986, p. 77.)

Por onde andará Germano Matias não é uma pergunta que se fecha unicamente na pessoa de Germano, porque, em um âmbito maior, ela representa: onde está todo o restante? Onde está a vida boêmia e à margem que permitia paixões, alegrias, sambas populares levados na lata de graxa e jogos de sinuca? Onde estão os salões de samba; os restaurantes e botequins sujos, mas que reuniam a boemia; os espaços para jogar sinuca e os para dançar e os prostíbulos? Onde está a vida que se dava ao luxo de não ter pressa ou uma ocupação regulamentada e bem-vista? São essas perguntas que direcionam as andanças do narrador que, a cada lugar visitado, descobre que a vida e a cidade que estavam em suas lembranças já não mais existem.

Talvez não seja à toa essa ser a abertura do conto, porque ao longo dele o leitor pode acompanhar o narrador que, em uma visão melancólica e lírica, e por isso também rancorosa, descobre que “a cidade deu em outra” (ANTÔNIO, 1986, p. 80), mas não apenas a cidade, mas, sim, todo o país que fracassou em sua modernização estranha, atrasada e retrograda. Vale esclarecer que rancorosa não parte de uma “estética do rancor” ou mesmo da violência, mas, sim, porque tudo o que narrador vê referente à nova cidade do folheto publicitário e mercantilista causa-lhe um profundo ódio por ter *desaparecido* a vida boêmia que, obviamente, não se encaixava no padrão da vida ordeira, organizada e do trabalho capitalista – o qual é o que rege a vida na cidade do folheto – e porque, embora o próprio narrador tivesse tornado-se um membro da classe média, a qual mesmo odiando não pretendia deixar, ele tem uma intensa solidariedade aos excluídos e humilhados das periferias, que podem facilmente ser descartados e que não participam ou desfrutam da vida e da cidade vendidas no folheto publicitário como um excelente “negócio da China”. Sua visão, portanto, é rancorosa porque é oriunda de um inconformado.

Assim, todo o conto é marcado por intenso rancor, retirado de uma letra de tango: “Diz, corta, rasga que me quero morrer abraçado ao meu rancor” (ANTÔNIO, op. cit., p. 95), porque, como o próprio narrador observa, ele possui espetos íntimos sempre presentes que o impedem de olhar para aquela cidade e aceitá-la como se apresenta. Daí o constante confronto que marca a construção do conto: a tal modernização de São Paulo (encabeçando a de todo o Brasil) é ilusória, estranha e já nasceu decadente, e assim, observando a cidade e a sua constante e trágica realidade social, característica de todo o Brasil, não é possível acreditar ou aceitar a cidade vendida como a melhor mercadoria da América Latina, porque, na verdade, ela é um “falso brilhante”.

A violência do conto não é explícita, barata ou crua, mas atinge o leitor em diversos momentos. Tendo sempre uma visão simpática e solidária aos excluídos, de onde saiu, o narrador constantemente compara a vida vendida no folheto ilusório com a vida real, terrível e de grande violência que os oprimidos têm em São Paulo. Chegados do Norte e do Nordeste do país, são exilados nas periferias, nos morros e nas favelas das grandes cidades, onde são humilhados nas condições mais básicas, pois mal possuem uma moradia, o que comer ou vestir, contando apenas com a solidariedade da avó do narrador que surge algumas vezes em suas lembranças. Dentro do meio mais moderno do país e onde estaria o melhor estilo de vida, esses excluídos são as vidas indignas de serem vividas e são sempre vistos como **vândalos** por uma classe média apática e indiferente, como na tocante e violenta cena do trem rumo à casa materna.

Assim, sempre que ao longo do conto há algum registro retirado do folheto acerca da cidade mercadoria que não existe, ele é confrontado com a realidade propositalmente esquecida ou ignorada da cidade marginalizada que existe. O narrador, então, questiona-se quem conhece aquela cidade ao ponto de simplesmente monopolizá-la na visão referente à suposta modernização:

“Compre em São Paulo o que o mundo tem de melhor” [...] [os nordestinos] Chegam às levas, arrepiados, camisa do corpo, nas carrocerias dos paus-de-arara, **como bichos esfaimados e tangidos**. Pudessem comprar e não haveria homens e mulheres tremelicando nos casebres e barracos. (ANTÔNIO, 1986, pp. 86-87, grifo nosso)

Não se pode esquecer que, na época do conto (1986), o “milagre econômico brasileiro” já havia fracassado, aumentando a concentração de renda e as desigualdades sociais. Assim, a cidade do folheto aplica um grande “golpe do vigário” não apenas na classe média (público-alvo do folheto de publicidade de turismo que o narrador recebe), mas em todo o mundo, porque ao vender um projeto que já fracassou, esconde as mazelas sociais que, no entanto, ainda são atuais. Contudo, não seria essa uma

característica do Brasil, que, ao longo de sua história, sempre vendeu uma imagem de modernizado, embora fosse atrasado, retrógrado e desconcertado, como bem observou Roberto Schwarz em *As ideias fora do lugar?* Assim, um dos principais confrontos que surge nas andanças do narrador pela cidade é: como comprar a ilusória cidade mercadoria que vende uma realidade que não existe?

Portanto, o que dói no narrador é a venda de uma cidade que, para ele, não existe, ou seja, a cidade do folheto publicitário, a cidade mercadoria, e é a partir disso que ele passa a confrontar a cidade do folheto com a cidade real, porém, invisível: a da periferia, dos nordestinos e emigrantes, da gente feia e suja que sofre de frio e mal tem o que comer, onde morar e o que vestir, enquanto na cidade publicitária é possível comprar o que o mundo tem de melhor, comer nos melhores restaurantes e frequentar as melhores casas de show. No entanto, não seria essa cidade do folheto a criadora de um estado de exceção dentro do estado de direito, porque faz os oprimidos e os excluídos viverem quase que em exílio dentro da própria cidade, existindo sem dignidade, sendo ofendidos e vistos como bárbaros (e como tais, o uso da violência e de uma outra ordem que foge à estabelecida no estado de direito e jurídico é justificado e aceitável), indo em trens lotados para longe a fim de que sua pobreza e feiura não estrague a cidade desejada, asseada, embelezada e modernizada? E para que esta cidade fosse alcançada, o narrador de “Abraçado ao meu rancor” observa:

[...] Aposentaram os bondes, enlataram a cerveja, correram com o sambista, enquadraram até os poetas. Lanchonetaram os botequins de mesinhas e cadeiras; pasteurizaram os restaurantes sórdidos do centro e as cantinas do Brás, mas restaurante que se prezava era de paredes sujas, velhas! Plastificaram as toalhas, os jarros, as flores; niquelaram pastelarias de japoneses, meteram tamboretas nos restaurantes dos árabes. [...] Puseram ordem na via largada e andeja dos engraxates. (ANTÔNIO, 1986, p. 115)

E por que a venda da cidade inexistente dói? Porque o narrador é alguém de consciência culposa, alguém que não consegue olhar com indiferença e apatia para a cidade marginalizada que desfaz toda a imagem da ilusória cidade modernizada. Talvez porque a sua origem é dessa porção do mundo ou porque ele é alguém que não consegue ser insensível à desordem do mundo. E seu olhar de solidariedade e simpatia não é para trazer beleza à pobreza nem é mesmo pitoresco em relação ao povo de lá. Em um conto em que narrador e autor andam juntos, o que se encontra é um testemunho esteticamente muito bem trabalhado acerca de um Brasil que deu em outro porque não alcançou a modernização a que se propôs nos anos anteriores, o que, possivelmente, intensificou uma realidade social que acompanha o país desde sempre.

Assim, se a cidade mercadoria dói no narrador, a cidade invisível, da tragédia social, não é menos dolorida. Não é gratuito que toda vez que há o registro de alguma

propaganda do folheto acerca da cidade, há o confronto com a realidade, a qual, no entanto, não aparece no folheto. E é possível que não seja uma extrapolação na leitura afirmar que essa realidade que o narrador observa (e para a qual ele não deseja voltar) é um estado de exceção atuando no estado de direito e jurídico.

Sabendo que, na teoria, o estado de exceção é contrário ao estado de direito, e que a sua função primordial é proteger o país de emergências nacionais, ele retira os direitos e as garantias constitucionais a fim de que a nação seja rapidamente protegida de ameaças. No entanto, alguns autores ao longo do século XX, dentre eles, Agamben, observaram que embora devesse existir essa oposição, sempre há o estado de exceção atuando dentro do estado de direito e jurídico recorrente e operante, e até as leis são pensadas e instituídas a fim de marcar e privar aqueles que estarão sempre em estado de exceção: “O estado de exceção moderno é, ao contrário, uma tentativa de incluir na ordem jurídica a própria exceção, criando uma zona de indiferenciação em que fato e direito coincidem” (AGAMBEN, 2004, p. 42). Isso porque é necessário proteger a grande pólis da ameaça contra a democracia, os direitos e a civilização, e, conseqüentemente, é preciso protegê-la dos bárbaros e *vândalos*. Nas cidades brasileiras, o estado de exceção manifesta-se principalmente nas periferias e favelas, operando com leis, ordens e direitos que são diferentes não apenas no restante da cidade, mas também para os demais moradores dela. “Abraçado ao meu rancor” vê de cima a situação em que se encontram os marginalizados, e daí não ser um conto que meramente mostra a oposição entre periferia e centro existente em todas as cidades brasileiras, mas, sim, a dinâmica de opressão que envolve vencedor e vencido.

E com o aumento da brutalidade da exploração capitalista no país (que surge apenas na visão dos inconformados e indignados, como o narrador) unido à história nacional de opressão dos menos favorecidos, parece que a vida de direito é a regida pelo trabalho regulamentado, pelo consumo desenfreado, pela ostentação, pelo parecer e aparecer, pelo enriquecimento, pela modernização e pelo embelezamento, entre outros, e todo aquele que não se encaixa nesse padrão é uma ameaça a ele e aos seus cidadãos, e é visto como vândalo ou bárbaro (além de continuamente ser-lhe atribuída a imagem de irracional, sujo, vândalo e ignorante), do qual os cidadãos de classe média precisam ser defendidos. E para que essa defesa seja efetiva, há direitos e garantias constitucionais de que os excluídos nunca gozarão:

Aqui nos trens vamos mergulhados de cabeça, tronco e corpo numa vida sem retoque ou frivolidade. Mas o lado de dentro da gente ferve. Aí, então, se nos entalam, vem uma depredação, e os sabidos do jornal nos lacram, somos chamados de nomes. Vândalos. Pior é que o tempo passa e não há melhoria nos trens. Depredação assusta quem tem a polícia seu favor. E o povinho toca a vida. (ANTÔNIO, 1986, pp. 138-9)

Mas é preciso aparentar modernidade, progresso e enriquecimento. E se já no início do século XX as cidades brasileiras (a exemplo, o Rio de Janeiro) em seus processos de revitalização e modernização excluíram e marginalizaram pobres, negros, trabalhadores braçais, quitadeiras, órfãos e emigrantes, as periferias e favelas de hoje são apenas a perpetuação de um processo antigo no Brasil que revela como a modernidade, o progresso e o enriquecimento não alcançam a todos, mas apenas uma pequena parcela da população, a qual concentra a maior parte da renda, que sempre vai ter a mídia, a polícia e as leis ao seu lado. Nessa medida, o estado de exceção no Brasil já operava há bastante tempo contra os excluídos e marginalizados que não eram compatíveis com o ideal de embelezamento e desenvolvimento que orientava a *Belle Époque* nacional e que deixavam ver o passado recente provinciano e atrasado do país.

Nessa medida, compreende-se o profundo rancor que o narrador sente, o qual é oriundo do confronto entre a cidade do folheto, que vende uma cidade que não existe, e a realidade trágica que marginaliza, oprime e suspende qualquer direito dos excluídos que facilmente podem ser descartados e que nunca usufruirão da cidade mercadoria ou mesmo do direito de pertencer à cidade, porque serão sempre marginalizados, e como tais, estarão sempre em estado de exceção. O narrador, que (e porque) não consegue acostumar-se ou conformar-se com a desordem do mundo, traz uma análise rancorosa não apenas da cidade de São Paulo, mas de todo o Brasil, porque não lhe é possível manter-se indiferente às trágicas realidades sociais que são sempre um entrave e um embate para a ideia de um país moderno, desenvolvido e enriquecido, como a cidade do folheto desejava vender.

Governo é governo, e o que você fez para merecer um melhor? Se humilharam as nossas cidades e as fizeram perder a identidade e a vergonha, se mais da metade da população – isto, dance conforme a música e use *população* e não *povo*, *lavrador* e não *camponês* – passa fome ou não tem onde morar, isso não está dizendo nada. O escriba fará trabalhos edificantes e modernos. E bem, que alibi há sempre um. Na Índia ou no Camboja as desgraças são mais monstruosas. (ANTÔNIO, 1986, pp. 101-2)

3. A cidade das memórias e a observada

Silenciaram suas marcas boêmias, livres, invejadas, destoantes. Pessoais. Teriam sabido, em vida, serem sujeitos nunca bem cabidos nesta cidade? (ANTÔNIO, op. cit., p. 101)

“Abraçado ao meu rancor” é um dos contos de João Antônio que tão bem trabalha a relação entre sujeito e cidade. No entanto, essa relação é fragmentada, desassociada e irreconciliável, porque em suas andanças por São Paulo, o narrador compreende que a cidade não é mais a mesma das suas recordações, assim como ele próprio não é mais o jovem boêmio que fora no passado, como também a cidade do folheto publicitário de turismo não é a mesma da trágica realidade social que ele

observa. Trata-se, então, de um sujeito que anda por uma cidade que, além de não a reconhecer, também não se reconhece nela. Assim, se para alguns a cidade mudou porque se tornou mais moderna, enriquecida, asseada e bonita, para o narrador, desapareceram sambistas de lata de graxa, salões de sinuca e restaurantes e botequins onde a boemia podia encontrar-se. Acabou, então, a boemia em nome da lógica do capital e da vida disciplinada, ordeira e de trabalho regular na cidade.

Contudo, da mesma maneira que o narrador é alguém solidário aos oprimidos e excluídos da cidade mercadoria, ele também foi alguém que, durante sua juventude, viveu no meio da boemia e ainda é simpático a ela e a todos os que a integravam. No entanto, ao retornar à sua cidade natal e observar como o espaço urbano sofreu uma modernização excludente, empurrando cada vez mais para fora e para longe os pobres, as lembranças da cidade que ele conheceu e que não existe mais retornam a todo momento, marcando, assim, a estrutura do conto por lembranças, observações da atualidade, crises de consciência e críticas sempre motivadas pelo rancor que o desaparecimento dos elementos e signos da boemia desperta no narrador, bem como o que a nova configuração da cidade representa. Trata-se, então, de um conto cheio de vazios simbólicos. Sua percepção da cidade não é mero saudosismo, mas uma profunda compreensão do que aquilo significa em um âmbito maior: um estado de exceção que atua no estado de direito.

Assim, por que o narrador insiste em andar por uma cidade cujas coordenadas são conhecidas e presentes, mas também estão vazias? Porque, como observa Alfredo Bosi em “Um boêmio entre duas cidades”: a “nostalgia [pode] exercer um papel de resistência aos males do presente”. (BOSI apud ANTÔNIO, 2012, p. 597) A questão é que a própria boemia configurava-se como outra massa de gente que não poderia ocupar outro lugar dentro da cidade que não o de excluída. No centro da cidade, ela representava outra possibilidade de vida não que era dominada pela pressa; em que a arte podia misturar-se com a vida popular e a espontaneidade e onde negacear, no samba e no jogo, era necessário, pois correspondia a uma tentativa de não submissão à exploração do trabalho. A boemia era, então, um ponto de resistência à lógica do capital, e assim sendo, era preciso desaparecê-la da cidade: ou transformando tudo de acordo com os padrões da cidade do folheto, o que o narrador observa em suas andanças, configurando-se como o desaparecimento da boemia na cidade, ou aprisionando os poucos traços de boemia restantes nas periferias distantes.

Se no Brasil o estado de direito configura-se, entre outros, como o estado do consumismo desenfreado, da vida disciplinada, do trabalho regulamentar, e se dentro da

sociedade massificada o que vale é a profissão, como justificar ou permitir alguém dentro do seio da cidade sem uma? Como aceitar outra ordem de vida que é contrária à da lógica do capital e do estado de direito?

No entanto, o narrador também insiste em andar pela cidade porque, como observa André Bueno no ensaio “Um passeio pela cidade de São Paulo”, sua ascensão social não foi acompanhada pelo conformismo, o que, por um lado, torna sua consciência culposa, e por outro, confere-lhe uma visão do mais lúcido desengano acerca de seu tempo e sua cidade. Se a modernização desconcerta do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, motivada pelo milagre econômico brasileiro, resultou em um problema maior, porque aumentou as desigualdades sociais, é possível afirmar que a ascensão social do narrador colocou-o em uma posição que não é nem lá nem cá.

Apesar de viver no conforto e no renome da classe média e do jornalismo reconhecido e cínico, o narrador odeia ambos e não se reconhece naquela classe (embora viva nela), e, apesar de ser simpático aos excluídos e oprimidos à margem da cidade, ele também não cogita regressar ao Morro da Geadá, ao que ele próprio chama de a fuligem de onde saiu. Desse modo, trata-se de um narrador que não se encontra na nova cidade nem no presente.

Contudo, sua falta de conciliação não se prende apenas ao espaço geográfico ou temporal, mas principalmente se refere à lógica dominante do capital que rege os momentos atuais. Seu lugar também não está no passado de suas lembranças, porque ele sabe que se tornou outro: ele agora é o jornalista que ascendeu e que pertence à classe “mérdea”, cheia de “mau escriba e bom fariseu” (ANTÔNIO, 1986, p. 101), não sendo mais o jovem nascido na periferia de São Paulo nem o boêmio que vivia em outra dinâmica. Portanto, ele é o adulto que é irreconciliável com a vida boêmia e incompatível com a lógica da cidade mercadoria.

Daí ele afirmar que é impossível fugir da arapuca da classe média, porque ele é alguém que não apenas caiu na armadilha, mas que também não queria sair dela. Suas escolhas, seu padrão de vida e sua profissão não são mais compatíveis com a vida boêmia que permitia paixões, sambas populares (e que de fato traziam a rua) e jogos de sinuca de 12 horas sem um ganhador, mas, sim, com o jornalismo vendido e de interesses, com o consumismo desenfreado e confortável da classe média, com a manipulação da opinião e com os risos forçados e as convenções da cidade mercadoria. Desse modo, assim como o narrador não cogitava voltar ao Morro da Geadá para novamente ser um excluído, regressar à boêmia também significaria estar à margem e voltar a ser suburbano e pobre, e esses são retornos que a ascensão social que ele

alcançou não o permitiria realizar, embora sempre que a consciência pesasse mais ele regressava à casa materna ou às suas recordações.

Sendo a vida boemia tão oposta a da cidade modernizadora e mercadoria, que necessita vender uma São Paulo (e um Brasil) moderna, asseada, enriquecida e embelezada, os personagens, os elementos e os lugares da vida boêmia (que são malandros, vadios, sujos, velhos e engordurados) são sempre colocados à margem para não serem vistos e para não mancharem a imagem vendida da cidade. Porém, mais do que isso: a boemia é a representação da vida que poderia ser por não ser operada pela mesma lógica de dominação do capital, do trabalho regulamentar e, como aqui visto, do estado de direito e jurídico. Portanto, a boemia deveria ser combatida e desaparecida, porque se configurava como um ponto de resistência a essa dominação. Assim, entende-se o narrador perguntar: será que os verdadeiros boêmios teriam sabido em vida que não caberiam naquela cidade? Na sua visão, a vivência da boemia é a mais feliz e livre, o que parece negada ao intelectual preso à cadeia do capital.

Assim, o tempo e a cidade da boemia, que estão na lembrança do narrador, não são o tempo e a cidade dele, porque ele não é um nostálgico que continua vivendo e operando na esfera da boemia, mas, sim, alguém que trilhou o caminho proposto para o Brasil: sair da exclusão, do atraso e da pobreza e chegar à ascensão, ao enriquecimento e ao desenvolvimento, ponto de chegada que ele não deseja abandonar. A questão é que se a nostalgia pode exercer resistência aos males presentes, o narrador cultivar as lembranças que tem da vida boêmia configura-se para ele como uma resistência à ordem do tempo e da cidade presente. Desse modo, a cidade boêmia da lembrança e a solidariedade aos excluídos e oprimidos da nova cidade não permitem que o narrador torne-se um conformado ou crédulo na imagem da São Paulo vendida, porque ele consegue reconhecer que ela não existe.

Portanto, as lembranças da boemia, da avó, do avô e do pai, ou seja, da época em que morava no Morro da Geada, são importantes porque sempre martelam, sempre voltam, e não permitem que o narrador torne-se um conformado. Elas possibilitam também que, durante sua longa jornada pela cidade, ele faça um autoexame de quem ele tornou-se na classe média, o que permite tanto a leitura de violentas críticas aos jornalistas, que apenas faziam o jogo do poder e das próprias ambições, como de ferozes crises de consciência:

[...] O seu caso é escrever o que os homens mandam e os poderosos querem. Ou para que pensa que é pago? Achava que sairia inteiro dessa complicada?

Ora, sequer é profissão de gente decente.

Nada, não complique. É uma ocupação que, se feita com limpeza, seria limpa. (ANTÔNIO, 1986, p. 94)

Se a visão do narrador traz à tona o embate entre a cidade do folheto e a real, revelando como a venda de São Paulo como cidade modernizadora era ilusória e um grande engodo, pois escondia uma massa de excluídos que além de não participarem da cidade ainda mentiam a imagem vendável de “melhor cidade da América Latina”, a cidade das lembranças, tão aliada aos excluídos, permitia que o narrador, embora em outra classe e realizando o objetivo da classe média que é ascender socialmente, não se tornasse um conformado ou indiferente, mas conseguisse manter um olhar solidário àquela grande massa de excluídos que, para ele, nunca seriam vidas indignas de serem vividas.

O embate, então, entre a cidade das lembranças e a observada é de outra ordem: uma, excluída, porém, possibilitava alegrias, amores, jogos, bebedeiras etc., ou seja, ela era outra possibilidade de vida que não era apenas trabalhar e pelear para esquecer: “[...] Viver é assim, aturdir-se? Aqui se batalha e aqui não se pára. É preciso, hoje mais amanhã, se aturdir pelo trabalho. Assim fazem as pessoas e será provavelmente para se esquecerem de que vivem aqui. E bom não é. Mas viver é isto?” (ANTÔNIO, 1986, p. 81) – sendo, portanto, um ponto de resistência à lógica da nova cidade. Já a outra, do centro, era modernizadora ainda que atrasada, embelezada ainda que cheia de pontos de feiura, de pobreza e de aridez, além de ser excludente e de retirar os direitos de todos os que não se encaixam em seu padrão.

O confronto entre essas duas cidades é o da vida que poderia ser, a qual não seria dominada pelo consumo desenfreado, pela aparência de modernizada e pela massa de excluídos sempre oprimidos, ofendidos e reprimidos, *versus* a cidade que não existe, que se vende como o “melhor quinhão” da América Latina, quando, na verdade: “Não é esta ou aquela cidade brasileira a mais ou menos provinciana. O país é. Como um todo: um arremedo. Provinciano da cabeça aos pés.” (ANTÔNIO, op. cit, p. 85)

A cidade boêmia da memória possuía suas alegrias e paixões que, no entanto, não poderiam mais retornar, enquanto a observada é sempre fria, árida, dura, cheia de solidão e, como reconhece o narrador, sem saída, pois ela **deu em outra**.

Torço as mãos e ando. Houvesse tempo, esperaria o aparecimento das luzes elétricas, os globos de três a três, gringos na cabeça dos postes. Assim, de um lance, dançando, jogando mais escuros que claros, escondendo as deformações dos edifícios e o sumiço de alguns estabelecimentos, talvez a luz elétrica fizesse surgir de novo a outra cidade. (ANTÔNIO, 1986, p. 117)

A lógica do capital, a arapuca da classe média, a modernidade atrasada e sempre desconcertada do Brasil que quer vender certa imagem do país, mas que apenas os inconformados conseguem perceber, compõem a realidade de um país sem saída, que parece perpetuar os velhos mecanismos de opressão e intensificar, ao longo de sua

história, um estado de exceção para uma massa de excluídos que não tem seus mínimos direitos, além de sempre ter um cotidiano opressivo contra si e serem tidos como vidas indignas de serem vividas. Assim, na visão do narrador de “Abraçado ao meu rancor”, não há como se prender ao saudosismo ou à esperança de que a cidade voltaria a ser o que ela foi um dia, porque a lógica de dominação da cidade mercadoria não permitiria. O compromisso do narrador é, então, não se tornar um conformado, alguém que, como muitos outros, apenas dança conforme a música:

Evitem certos tipos, certos ambientes. Evitem a fala do povo, que vocês nem sabem onde mora e como. Não reportem povo, que ele fede. Não contem ruas, vidas, paixões violentas. Não se metam com o restolho que vocês não vêem humanidade ali. Que vocês não sabem escrever essas coisas. Não podem sentir certas emoções, como o ouvido humano não percebe ultra-sons. Ô caras! (ANTÔNIO, op. cit., p. 110)

4. Conclusão

Se há uma grande variedade de configurações e diversos matizes que obrigam a ler e entender o mundo ao redor de maneira sensível, aguda e realista, é importante compreender que passa por essa leitura a não impassibilidade da classe média (não apenas brasileira) que aparenta indiferença e aceitação da desordem do mundo, como também a não exaltação de tudo o que simplesmente parece combativo, sem um cuidadoso tratamento estético do material trabalhado.

O século XX foi atravessado por horrores: duas grandes guerras, regimes ditatoriais e genocídios que caracterizaram *estados de exceção*. O Brasil também sofreu com isso, e após longo e sofridos anos de ditadura civil-militar, os anos de 1980 apresentaram algumas das heranças desse período. Se o milagre econômico brasileiro contribuiu para o aumento das desigualdades sociais, não teria o regime opressor consolidado uma polícia extremamente opressora e cauterizado a consciência das classes acerca do outro, levando a sociedade brasileira a demonstrar-lhe apatia, mantendo-o excluído, oprimido, ofendido e humilhado?

E com o aumento da brutalidade da exploração do capital, a pós-modernidade apresenta um Brasil que tem um estado de exceção atuante dentro do estado de direito e jurídico, o qual opera para que uma grande massa de excluídos permaneça marginalizada, oprimida e vista como uma vida indigna. Isso se manifesta principalmente nas periferias das grandes cidades, onde aqueles que não se adéquam ao padrão e à ideologia da classe média permanecem como que exilados.

O conto de João Antônio, “Abraçado ao meu rancor”, não seria um exemplo disso? O narrador, após receber um folheto publicitário de turismo e cansado das convenções e saturações de um coquetel realizado em São Paulo, sai para fazer um longo passeio por sua cidade natal, o que lhe traz a profunda compreensão de que aquela

cidade mercadoria não existe, porque há uma massa de excluídos nas periferias feias que não corresponde à imagem da cidade do folheto, assim como a cidade das lembranças de sua juventude também não existe mais, porque ela não operava na lógica disciplinada, organizada e de trabalho regular, como ordena a vida de direito dentro da cidade promessa de um futuro já derrotado.

E se essas pessoas atuam apenas no espaço que lhes cabe, ou seja: na opressão de subempregos, na falta de moradias e de alimentos, sendo obrigadas a virem e a moverem-se pela cidade como bichos presos e envergonhados em caminhões ou vagões de trem e não tendo direitos mínimos, onde estariam os seus direitos, que deveriam ser iguais aos dos demais? Não seria esse um estado de exceção atuando dentro do estado de direito, uma vez que essas pessoas são sempre vistas como vândalos, *bárbaros*, e permanecerão para sempre marginalizadas por não se encaixarem na vida e na cidade vendidas como modernas, enriquecidas, asseadas, embelezadas, entre outros?

Mesmo após 30 anos da publicação de “Abraçado ao meu rancor”, sua leitura continua atual e necessária. Necessária para que a apatia não seja contagiante e para melhor compreender uma importante, atuante e violenta configuração da sociedade brasileira, e melhor entender porque a leitura e a análise do conto configuram-se como excelente trabalho estético e ético.

5. Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004 (estado de sítio).

ANTÔNIO, João. Abraçado ao meu rancor, in: Abraçado ao meu rancor – contos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BOSI, Alfredo. Um boêmio entre duas cidades, in: João Antônio: contos reunidos. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

BUENO, André. A vida negada e outros estudos. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2013.

LAFETÁ, João Luiz. João Antônio e sua estética do rancor, in: A dimensão da noite. São Paulo: Duas cidades, 2003. Col. Espírito crítico.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora de lugar: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classic Companhia das Letras. 2014.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.